



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

Termo de repasse de recursos financeiros para a **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO MIGUEL**, estabelecido na comunidade São Miguel, S. nº, na cidade de Santo Expedito Do Sul - RS, CNPJ **24.127.322/0001-64**, para fins de execução do Plano de trabalho o qual tem por objetivo a aquisição de um kit Área Total para Ensiladeira o que impulsionará a beneficiará a produtividade do ramo de atividade de todos os sócios moradores da cidade de Saúde no Município de Santo Expedito do Sul.

Fundamentação Legal - *Inciso II do Art. 31* da Lei Federal nº 13019.

Entidade Beneficiada: a **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO MIGUEL**, estabelecido na comunidade São Miguel, S. nº, na cidade de Santo Expedito Do Sul - RS, CNPJ **24.127.322/0001-64**.

Programa: O projeto será todo visando a aquisição de um kit Área Total para Ensiladeira o qual impulsionará a produtividade de silagem e beneficiará a produção da bovinocultura de leite e corte dos associados.

A Lei 13019/2014, no caso das modalidades de parcerias dispostas pela norma referida, termo de Fomento, dispõe de modo que a sociedade seja selecionada por intermédio de um chamamento público pela Administração.

Entretanto, há aquisições, obras, serviços ou contratações que possuem caracterizações específicas tornando *impossíveis e/ou inviáveis* as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

A modalidade aplicada pela lei é o Chamamento Público. Como o chamamento é uma disputa, para que ocorra, é indispensável que haja pluralidade de objetos e pluralidade de ofertantes para que ele possa ocorrer.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

No entanto, a Lei prevê, que, se houver impossibilidade jurídica de competição, como verificamos para o programa (serviços e atendimentos) em epígrafe, o chamamento não será realizado, por ser inexigível. O legislador procurou garantir a eficiência e a utilidade, por meio da inexigibilidade licitatória seja **em virtude da natureza singular do objeto caracterizado no plano de trabalho.**

Nos termos do art. 31 - inciso II da Lei Federal nº 13019, verificamos o amparo para que o presente repasse dos recursos financeiros sejam efetuados, após a devida aprovação pelo Legislativo Municipal, para a **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO MIGUEL**, estabelecido na comunidade São Miguel, S. nº, na cidade de Santo Expedito Do Sul - RS, CNPJ **24.127.322/0001-64**, o qual, entendemos, ser a entidade que agrega as condições para a sua "*inexigibilidade*" do respectivo edital de chamamento público.

"Art. 31 - Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - ...

II - A parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo
Expedito do Sul

art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)."

No caso em questão verifica-se a viabilidade da dispensa do chamamento público aplicando-se a *inexigibilidade*, com a base jurídica supracitada.

Assim, a formalização do Termo de Fomento, possibilitará que a **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO MIGUEL**, estabelecido na comunidade São Miguel, S. nº, na cidade de Santo Expedito Do Sul - RS, CNPJ **24.127.322/0001-64**, tenha condições de empreender e implantar o respectivo programa de Atendimentos em Saúde, conforme disposto no respectivo Plano de Trabalho a toda a comunidade e população do Município de Santo Expedito do Sul.

Santo Expedito do Sul/RS, 23 de julho de 2025